



Representando a Grande Guerra: a revista *O Malho* e o Mito da Experiência de Guerra

Representing the Great War: the “*O Malho*” magazine
and the Myth of the War Experience

Fernanda Bana Arouca

Mestrado em História Social

Universidade Federal do Rio de Janeiro

banarouca@hotmail.com

Recebido em: 12/08/2018

Aprovado em: 16/09/2018

Resumo: A Grande Guerra é considerada uma experiência sem precedentes por sua violência extrema. O fenômeno da guerra total ultrapassou os limites da frente de batalha e afetou todas as esferas do cotidiano, trazendo a experiência de guerra para o centro da vida de homens e mulheres, e estava fortemente relacionada à maneira como eles a confrontaram e lhe deram sentido. Ainda que não tenha participado militarmente da guerra, a América Latina foi espectadora do confronto liderado pela França e pela Alemanha Imperial. O Brasil se destacou como sendo o único país sul-americano a enviar homens para a Europa em 1918, quando, primeiramente, rompeu relações diplomáticas com a Alemanha em 1917 e, no mesmo ano, entrou no conflito. Propomo-nos analisar neste trabalho, a partir das representações da Grande Guerra na revista ilustrada *O Malho*, se o Brasil teria manifestado uma cultura de guerra e partilhado do processo totalizante da guerra tendo como referência a noção do *Mito da Experiência de Guerra*.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial, Representações, Rio de Janeiro.

Abstract: The First World War is known as an unprecedented event due to its extreme violence. The phenomenon of the total war dissolved the limits of the front and had an impact on the daily life, bringing the experience of war to the heart of men and women's life, and it was deeply connected with the way they face it and gave it meaning. Although Latin America did not participate militarily in the war, it was an observer of the conflict led by France and Imperial Germany. Brazil stood out as the only South-American country that sent men to Europe in 1918, when it first broke diplomatic relations with Germany in 1917 and, in the same year, entered the war. We seek to analyze, through the representations of the Great War in the illustrated magazine *O Malho*, if Brazil would have expressed a war culture and shared the totalizing process of war through the concept of the Myth of the War Experience.

Keywords: First World War, Representations, Rio de Janeiro.

O Brasil na Grande Guerra

Caracterizada como uma experiência sem precedentes por sua violência extrema, a Grande Guerra fez com que os homens e mulheres tivessem que se confrontar e lidar com ela



em diversos níveis, fossem eles pessoais, políticos ou culturais. Partimos da definição proposta por John Horne para guerra total, a saber, um fenômeno que ultrapassou fronteiras nacionais e dissolveu os limites da frente de batalha, afetando todas as esferas do cotidiano (HORNE, 1997, p. 01). Ao ser domesticada, a experiência de guerra foi trazida para o centro da vida da população e estava fortemente relacionada à maneira como eles a confrontaram e lhe deram sentido.

Sendo assim, a Grande Guerra se caracterizou por romper as fronteiras entre as linhas de frente e da retaguarda, invadindo o espaço da sociedade civil, tradicionalmente excluída do âmbito militar (TRAVERSO, 2009, p. 21). Mais que o esforço militar, a guerra se traduziu na mobilização política, econômica, social e identitária das sociedades. Uma grande mobilização não só humana como material, que correspondeu ao desejo de destruição e aniquilamento total do inimigo (DUARTE, 2005, p. 33), a que a liturgia de fundação das identidades nacionais e dos Estados-Nação serviria. Para além daqueles que são os campos tradicionalmente compreendidos como impactados pela guerra, as estruturas culturais são também parte determinante desse processo de totalização da guerra, pois para que se defenda a nação no sentido de uma mobilização total, a cultura se transforma em propaganda, sob controle do governo (TRAVERSO, 2009, p. 122).

A Grande Guerra inauguraria as primeiras campanhas massificadas de propaganda do século XX, tendo sido a primeira tentativa deliberada e oficial para “manipular” a opinião pública e que foi, segundo informam as estatísticas, em grande medida um sucesso (KINGSBURY, 2010, p. 06). De fato, a propaganda foi aplicada por parte dos estados em guerra para angariar o apoio da população civil a favor de sua causa, conquistar a simpatia e a cooperação de países neutros, mobilizar o ódio contra os inimigos e reforçar o apoio de seus aliados. Tanto o controle dos meios de comunicação em massa quanto a propaganda e, em certa medida, a censura, tornaram-se ao longo das décadas formas essenciais de manter o apoio nacional (CULL; CULBERT; WELCH, 2003, p. 23 e 437). O cultivo de formas visuais como pôsteres e caricaturas foi, nesse sentido, central para que essa modalidade de propaganda fosse efetiva, assim como a disseminação de estereótipos do inimigo pelos jornais. Encontrando-se nas preocupações e esperanças de seu tempo, a propaganda de guerra deveria aprimorar e ressoar em crenças pré-existentes para persuadir a população.

Posto isto, a partir da noção de guerra total, entendemos que o esforço de guerra tinha um escopo muito maior do que poderia se supor a princípio, mobilizando diversos setores das sociedades afetadas direta ou indiretamente pelo conflito. Os estudos da guerra total vão além



não só das fronteiras nacionais como também do continente europeu. Países neutros, como foi o caso do Brasil até abril de 1917, investiram em produção (como a alimentícia ou de armamentos) para suprir a Europa.

Ainda que não tenha participado militarmente da guerra, a América Latina foi espectadora do confronto liderado pela França e pela Alemanha Imperial. O Brasil não mandou homens para o *front*, porém sua participação no esforço de guerra se manifestou de diferentes formas, sobretudo por seu caráter humanitário, destacando-se como sendo a única nação sul-americana a enviar homens para a Europa em 1918. O país enviou uma missão médica da Cruz Vermelha além de alguns oficiais do Exército para a França; uma Divisão Naval para patrulhar parte da costa africana, e um grupo de aviadores navais para ser treinado na Itália, Grã-Bretanha e Estados Unidos (DARÓZ, 2016, p. 13). Além disso, em 1918 foi criado o Comissariado de Alimentação Pública para ajudar a suprir a Europa com gêneros alimentícios¹. Intelectuais também debateram e apoiaram a causa. A imprensa brasileira cobriu o conflito, posicionou-se desde o início e pôde angariar apoio de seu público para os interesses dos Aliados, quando o Brasil estava sob ataque alemão nos mares. De forma mais específica, foi na cidade do Rio de Janeiro — enquanto capital federal — que os intelectuais puderam contribuir para a manifestação da cultura de guerra e da dissolução definitiva entre o *front* e a retaguarda, característica da guerra total.

Entre os anos de 1914 a 1918, a imprensa brasileira vinha passando por importantes transformações que se iniciaram no fim do século XIX, tais como a supressão do folhetim, com destaque para a reportagem, o acréscimo de ilustrações diversificadas (fotografia, caricatura e charge) e a incorporação de novos temas e maquinário; um processo resultado da otimização de diversos setores, como o comércio, a lavoura e a indústria. Foi desse contexto que decorreu a proliferação de revistas ilustradas, inaugurando uma nova linguagem jornalística com seu arrojo gráfico, justaposição de poemas, crônicas e comentários, e a apresentação de uma cidade moderna, seja através de seus novos espaços de sociabilidade, seja de inovações urbanas.

É importante notar que essas revistas recém-criadas eram formadas por homens de letras, muitos dos quais eram aliadófilos² e utilizavam os meios de comunicação para se manifestar. Entre os grupos que se mobilizaram para apoiar a Entente, destaca-se a chamada “Liga Brasileira pelos Aliados”, fundada em 1915, e composta por intelectuais e políticos, entre eles Rui Barbosa, que teve papel destacado na associação. Em um momento em que se deu a profissionalização do

¹ Em 1917, esse esforço já havia sido retratado na revista (*O Malho*, 22 de dezembro de 1917, n.797, p.7).

² Configura-se como Aliados — ou Tríplice Entente — o Reino Unido, França e Império Russo, e como Impérios Centrais — a chamada Tríplice Aliança — o Império Alemão, Império Austro-húngaro, a qual se juntariam o Império Otomano e a Bulgária.



literato em jornalista, essa intelectualidade se mostrou uma figura poderosa, emergindo como agente social diferenciado ao cristalizar e difundir as representações da guerra. Foram eles os mediadores culturais do conflito para os brasileiros³, que imaginavam a Grande Guerra a partir de seus comentários, dos informes da imprensa por meio de agências internacionais e de fotografias. De fato, tais publicações atingiam e transformavam os hábitos também das camadas populares, apesar de serem endereçadas às elites. Em um contexto de alto analfabetismo, esses leitores foram expostos a imagens publicitárias, desenhos, mapas, cartazes e estandartes, frutos de uma “pedagogia urbana” moderna (LINS; OLIVEIRA; VELLOSO, 2010, p. 89). Dessa forma, as revistas ilustradas tiveram papel fundamental na naturalização das representações da guerra, difundindo uma determinada forma de ver e reproduzir o mundo, entre tantas possíveis.

Trabalhar com o empreendimento privado de representações da guerra através da cultura material na forma de imagens pode nos informar tanto sobre as mentalidades e sociedades em guerra quanto sobre o conflito em si (BEURIER, 2004, p. 121). Nos termos propostos por Annette Becker e Stéphane Audoin-Rouzeau (1998), o estudo da cultura de guerra se tornou uma amálgama diversificada de todos os tipos de evidências, algumas materiais, outras discursivas, de formas como indivíduos e grupos sociais dão sentido à guerra e acomodam sua vida e linguagem a ela. O termo alude ao aparato mental que homens e mulheres desenvolveram para dar sentido a essa experiência, isto é, como grupos de civis resistiram às pressões do conflito e deram sentido a ele. É necessário ter em mente, entretanto, a insuficiência do uso singular de “cultura”, como, por exemplo, uma cultura de guerra nacional, tendo em vista que distinções baseadas em regiões, classes sociais e gêneros são necessárias para dar conta de diferentes, progressivos e sobrepostos campos discursivos.

Como nos propomos analisar aqui, a cultura de guerrano Brasil manifestou-se na mobilização da sociedade por meio da imprensa e escolhemos a revista *O Malho*, que se inseria em uma categoria específica de veículo de comunicação: as revistas ilustradas de variedade semanais. Esses periódicos nasceram em um momento do desenvolvimento da imprensa e das diversas transformações pelas quais a cidade do Rio de Janeiro passava. Nos primeiros anos do século XX, o discurso da imprensa em geral passou a estar unificado e alinhado ao projeto político nacional, em que as ideias de progresso, modernidade e civilização se confundiam, afastando-se o quanto possível dos costumes provincianos da sociedade escravista. As revistas ilustradas tiveram um papel importante na disseminação desse ideal, apresentando-o e difundindo-o para a população.

³Temos aqui como referência Angela de Castro Gomes (1999, p. 21-22).



No Brasil, a cidade do Rio de Janeiro foi a vitrine para a *Belle Époque*, buscando representar o cosmopolitismo, europeização e modernização. O processo de uma tarefa civilizadora que aconteceu na capital e foi desenvolvida durante a I República também inaugurou “lugares sociais que questionam de forma cética e satírica, embora ambígua, esta mesma vocação” (GOMES, 1999, p. 27), e tem raízes na segunda metade do XIX quando, durante o Segundo Reinado houve a instauração de um projeto de Estado moderno.

Pouco tempo depois, diante da inércia em ultrapassar fundamentos tradicionais que resultariam no progresso da sociedade, a *intelligentsia* brasileira teria passado por um momento denominado pela historiografia como “desilusão republicana”, que culminou em uma produção humorística específica⁴. Essa produção teria se dado em um espaço onde as representações eram fortemente relacionadas às promessas sociais da época, em última análise de cunho civilizador, como afirma Elias Thomé Saliba em seu importante estudo *Raízes do Riso* (SALIBA, 2000, p. 66-67). A historiadora Angela de Castro Gomes, por sua vez, chama atenção para as trocas de ideias nos espaços de aprendizado que existiam para esses intelectuais. Com seu engajamento, eles consagraram interpretações alternativas do que se entendia e desejava postular como Brasil moderno (GOMES, 1999, p. 21-22). Em última análise, podemos dizer que os intelectuais-humoristas também contribuíram no projeto de uma identidade nacional e na disseminação de uma certa concepção de Brasil.

A revista semanal *O Malho* circulou semanalmente entre 1902 e 1954⁵, tendo sido fundada na cidade do Rio de Janeiro por Luis Bartolomeu. Se no princípio era veiculada ao conteúdo humorístico, a partir de 1904 a publicação passou a ter conteúdo voltado para sátira política e ficou famosa pelo tom de ironia de suas charges e caricaturas, disputando espaço com a popular Revista da Semana. Outros nomes da boemia fluminense também participaram da equipe como Olavo Bilac, Guimarães Passos, Pedro Rabelo, Renato de Castro, Emílio de Meneses e Bastos Tigre e entre os que assinavam suas caricaturas e charges estavam grandes nomes nacionais como K. Lixto, Raul Pederneiras, J. Carlos, Crispim do Amaral, Alfredo Storni, Augusto Rocha, Yantok, Loureiro, entre outros.

Algo era recorrente nas revistas da época. Seu editorial desde a primeira edição anunciava um caráter satírico e humorístico, um manifesto que se alinhava ao projeto desses periódicos de

⁴ Um mapeamento dos trabalhos referentes à visão da caricatura da Primeira República como continuidade desse sentimento foi feito por Pedro Krause Ribeiro em sua dissertação de mestrado em que analisa o discurso político do povo em charges na imprensa luso-brasileira (2011, p. 22-30).

⁵ Devido a sua contraposição à Aliança Liberal, ficou impedida de circular por alguns meses após a Revolução de 1930.



serem os porta-vozes da modernidade, e que visava angariar desde o início a simpatia do público. No caso de *O Malho*, seu projeto tinha como objetivo atingir o “Público”, isto é, o leitor mais sofisticado, embora tenha sido muito popular entre classes mais baixas como barbeiros e engraxates.

É de praxe que um jornal que se apresenta desfie perante o leitor boquiaberto um rosário de promessas a que se chama pomposamente o programa. Iconoclasta de nascença, *O Malho* começa por atacar e destruir a praxe: não tem programa. Ou, mais exatamente, tem todos, como o seu nome bem o indica: ele é o Malho; tudo que passar a seu alcance será a bigorna. O povo rirá ao ver como se bate o ferro nesta oficina e só com isso ficaremos satisfeitos, com a tranquila consciência de quem cumpre um alto dever social e concorre eficazmente para o melhoramento e progresso da raça humana (*O Malho*, 20 de setembro de 1902).

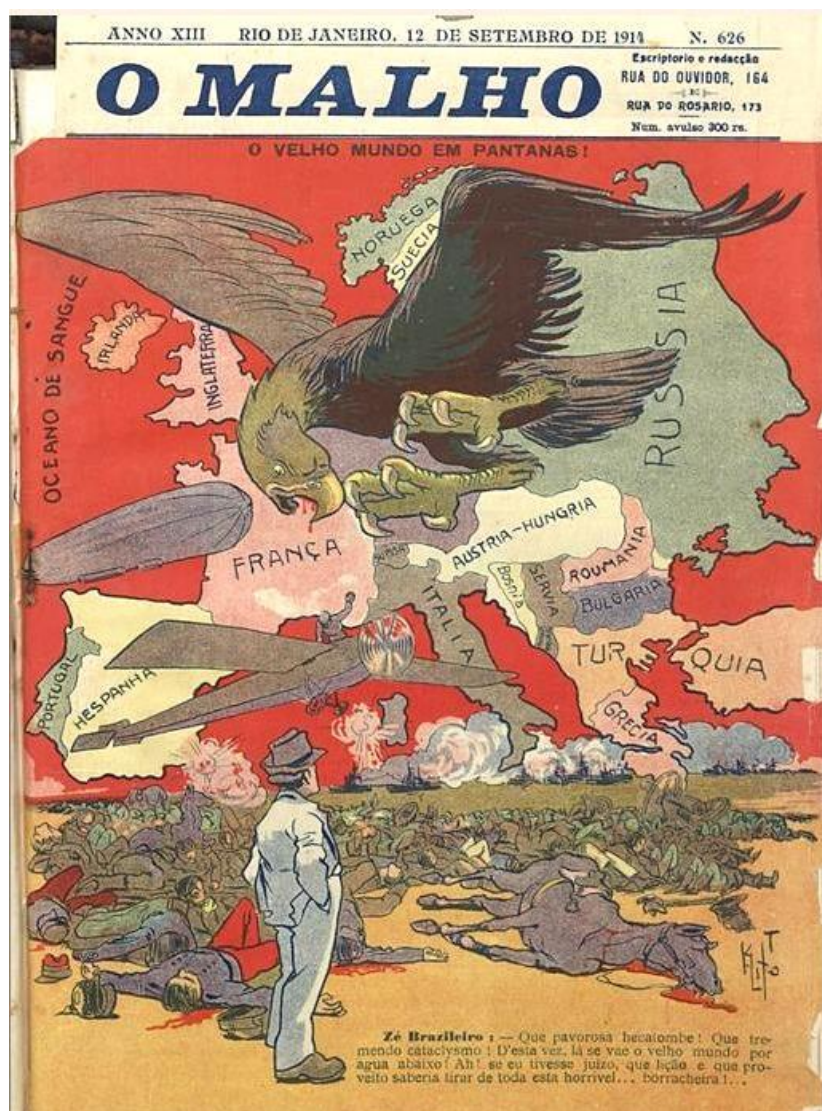
Seu repertório era variado, incluindo seções de opinião, poesia, notícia, piada, sempre com diversas ilustrações e fotografias, característica desse tipo de publicação. Também mantinha uma postura editorial independente, posicionando-se em relação às polêmicas políticas e sociais da época.

Nesse sentido, a revista se servia do humor para comentar a política nacional e a sociedade em geral e, no contexto da Grande Guerra, foi um veículo que disseminou uma concepção de como o Brasil deveria se posicionar. Como exemplificamos na ilustração a seguir (Imagem 01), em uma das primeiras capas que retratam o tema da guerra, Zé Brasileiro, enquanto testemunha externa do conflito, observa a carnificina que os europeus deram início, onde toda a Europa — inclusive os países neutros — se extingue. O personagem sabe que poderia tirar lições para si mesmo com o disparate caso ele mesmo tivesse juízo. Aqui podemos sugerir um diálogo com a política interna e a intenção da manutenção da neutralidade brasileira. Destaca-se o abutre pronto para atacar os milhares de mortos no *front*, e todo o oceano que banha o continente em vermelho-sangue, associando o poderio bélico à morte.



Imagem 11 – O VELHO MUNDO EM PANTANAS!

Zé Brasileiro – Que pavorosa hecatombe! Que tremendo cataclysmo! D'esta vez, lá se vae o velho mundo por agua abaixo! Ah! se eu tivesse juízo, que lição e que proveito saberia lidar de toda esta horrível... borracheira!



Fonte: Kalixto. *O Malho*, 12 de setembro de 1914, n. 626. (FBN)



Ao analisar as representações do conflito, percebemos que houve posicionamentos contundentes da revista, seja pela necessidade de permanência do Brasil como neutro, seja, pelo contrário, apelando para o patriotismo a favor da luta do país no conflito. Em outras palavras, parece ter havido em certa medida um alinhamento de *O Malho* ao poder e ao projeto republicano, especialmente a favor da figura do presidente Venceslau Brás. O que percebemos no discurso da revista, desde a deflagração da guerra até meados de 1916, é que todas as nações envolvidas tinham algum grau de culpabilidade e a neutralidade seria a melhor opção nesse cenário. Nem mesmo com a criação da “Liga Brasileira pelos Aliados”, em março de 1915, houve um claro posicionamento a favor da causa. Houve um estreitamento com os Aliados, principalmente pela entrada de Portugal na guerra e por questões econômicas, mas a sua defesa é pela permanência da neutralidade.

Em *O Malho*, constatamos que o discurso durante toda a cobertura da revista diz respeito, sobretudo, à destruição do patrimônio da Civilização⁶. Não há evidência de uma preferência pela França, o que poderia se esperar a princípio, uma vez que em grande parte a sociedade dos letrados era francófila (COMPAGNON, 2014, p. 82-93; VINHOSA, 1990, p. 28). A representação da República Francesa só viria a ganhar destaque com as comemorações do “dia da Queda da Bastilha”, a partir de 1916. De fato, o “14 de Julho” foi um tema mobilizado pelos ilustradores para reforçar a necessidade de que a luta na guerra pelos Direitos e pela Liberdade continuasse⁷.

No entanto, 1917 foi um ponto de inflexão com o apoio pela saída do Ministro das Relações Exteriores Lauro Müller e a entrada de Nilo Peçanha no cargo em maio, tendo em vista que a partir deste momento o Brasil passaria a adotar uma política abertamente a favor da parceria com os Estados Unidos. Além disso, a entrada do Brasil na guerra meses depois também estava em consonância com as decisões políticas nacionais, embora essa relação não tenha se dado sem atritos, uma vez que a censura, decorrente da instauração do estado de sítio, incomodou profundamente os que estavam no comando do periódico. Devido ao quadro de instabilidade gerado pela carestia de gêneros alimentícios durante a guerra— fortemente levantada por movimentos populares e que levou o Estado a intervir na economia de diversas

⁶*O Malho*, 29 de agosto de 1914, n. 624, p. 01; 05 de setembro de 1914, n. 625, p. 01; 26 de setembro de 1914, n. 628, p. 01; 03 de outubro de 1914, n. 629, p. 01; 29 de maio de 1915, n. 663, p. 01; 08 de abril de 1916, n. 708, p. 01; 31 de março de 1917, n. 759, p. 01; 14 de abril de 1917, n. 761, p. 01; 02 de junho de 1917, n. 768, p. 01; 23 de março de 1918, n. 810, p. 01; 27 de abril de 1918, n. 815, p. 01; e 13 de julho de 1918, n. 826, p. 01.

⁷*O Malho*, 14 de julho de 1917, n. 774, p. 01; e 13 de julho de 1918, n. 826, p. 01.



formas—foi decretado o estado de sítio⁸ no Sul e Sudeste no dia 17 de novembro de 1917, suspendendo direitos civis e garantias constitucionais (DARÓZ, 2016, p. 108-110). O estado, proposto por Rui Barbosa, foi prorrogado duas vezes, até 31 de dezembro de 1918.

A narrativa criada pela revista durante os anos da Grande Guerra parece ter forte ligação com a diplomacia brasileira. Na medida em que a guerra era um fenômeno ainda distante durante os primeiros anos, sua posição foi de afastamento da Europa, colocando-se como modelo de civilização e liderança na América do Sul e fomentando a paz continental. Esse projeto mudou ao ter seus interesses comprometidos, seja pela guerra submarina perpetrada pela Alemanha, seja pela pressão norte-americana. A mudança do discurso ocorreu, pois passou a existir uma missão moral de combater a Alemanha Imperial, *ao lado* dos Aliados, em nome da defesa nacional e dos valores em questão. Esse é o argumento que o periódico buscou veicular, tendo em vista que interesses de ordem econômica e política também estavam em jogo neste momento. Isso não parece ter significado um desprezo pela Europa, mas uma oportunidade para o Brasil se colocar em um nível tão importante quanto o das nações que faziam parte dela.

Ainda que a historiografia identifique no período pós-1918 um afastamento das elites brasileiras da cultura europeia, durante os anos da Grande Guerra em *O Malho* o conflito não significou continuamente uma desilusão. O primeiro desencanto não anulou a adesão a esse projeto que mobilizou a pátria para ascensão do país no cenário mundial. Em outras palavras, o deslocamento da Europa enquanto o paradigma de Civilização, em um primeiro momento, significou a liderança do Brasil — e do continente americano, em última análise — como o verdadeiro baluarte do progresso da Humanidade. Ao mesmo tempo em que se deu esse afastamento, houve um reforço do próprio modelo europeu no espaço nacional. Aos olhos dos intelectuais da revista, a Grande Guerra parece ter funcionado como uma suspensão do projeto civilizacional no território europeu, em face de aberração da guerra. Nesse contexto, frente à ameaça à nação, as ambições brasileiras passaram a ser pela obtenção de um lugar de destaque nas negociações de paz e pela participação do país na “regeneração mundial”.

O Mito da Experiência de Guerra a favor da nação

⁸ Decreto nº 12.716, de 17 de Novembro de 1917. “O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil; usando da autorização contida no art. 1º da lei n. 3.393, de 16 de novembro deste anno, DECRETA: Artigo unico. São declarados em estado de sitio o Districto Federal e os Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, ficando suspensas as garantias constitucionaes.” Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12716-17-novembro-1917-511430-republicacao-96146-pe.html>> (Acesso em: 17 abr. de 2017). A lei 3.393, que deu origem ao decreto e autorizava que se proclamasse estado de sítio em todo o território brasileiro se necessário, por conta da declaração de guerra, se encontra em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3393-16-novembro-1917-572815-publicacaooriginal-96124-pl.html>> (Acesso em: 26 fev. 2018).



Como mencionado, durante a Grande Guerra toda a sociedade foi mobilizada para o esforço de guerra e não só nas nações beligerantes. Para que fosse possível a inédita escala de violência, diversos países, para além do continente europeu, participaram do esforço de guerra. A historiadora francesa Annette Becker atenta para as diversas dimensões que a guerra total comportou, significando “globalização e industrialização; modernização e regressão; herança, anomia e apropriação cultural através de regiões, países e continentes” (BECKER, 2015, p. 1032). A dimensão cultural do fenômeno nos interessa particularmente uma vez que a guerra poderia ser de alguma forma mobilizada e apropriada para fins específicos. É nesse sentido que George L. Mosse desenvolveu a noção de *Mito da Experiência de Guerra*, que emergiu a partir renovações historiográficas da Grande Guerra nos anos 1970⁹. O historiador alemão demonstra como houve uma brutalização da sociedade e da cultura política alemã com a Grande Guerra, e que o *Mito* foi criado por aqueles que estavam interessados na perpetuação da ideia de nação.

Durante e especialmente depois do conflito, comissões nacionais assumiram o enterro dos mortos na guerra e a comemoração da guerra. A função da consolação foi executada em um nível público assim como privado, mas uma rememoração da glória em vez do horror da guerra, do seu propósito e não de sua tragédia. Aqueles preocupados com a imagem e apelo contínuo da nação trabalharam em forjar um mito que atenuasse a dor da morte na guerra e enfatizasse o sentido da luta e do sacrifício. (MOSSE, 1990, p. 06-07)

O *Mito* seria então uma narrativa com o objetivo de fazer com que o passado intolerável fosse de alguma forma aceitável, não só para consolar os indivíduos, mas acima de tudo para justificar a existência da nação, em cujo nome a guerra foi travada. Assim, a memória da guerra foi redesenhada como uma experiência sagrada que proveu a nação com uma nova profundidade de sentimento religioso. Mosse atenta que o *Mito* ressignificou a realidade da guerra e tinha sua expressão definitiva nos espaços de enterro e comemoração dos mortos. Para preencher sua função de transcender a morte, referenciais cristãos, tais como a consolação, a crença na morte e na ressurreição de Cristo, foram empregados. Cemitérios e memoriais foram concebidos como santuários de adoração nacional, tornando a guerra sagrada e esses locais parte de uma religião

⁹ Dentro da transição historiográfica, dois movimentos na história cultural da Grande Guerra, impulsionados pelos estudos da rememoração do conflito, destacam-se. O primeiro confere ao *Mito da Experiência de Guerra*, cunhado por Mario Isnenghi (1970) e desenvolvido por George L. Mosse (1990), uma narrativa que foi útil ao procurar manter uma memória gloriosa ao mascarar a realidade, satisfazendo os sonhos dos homens mesmo que não tivessem relação com o real, provendo o nacionalismo com boa parte dos símbolos e mitos do/no pós-guerra. O segundo movimento parte de Paul Fussell (1975) e Samuel Hynes (1992) que, de forma independente, atribuem a base da história cultural da guerra à memória. Enquanto Fussell, ao explorar o absurdo do conflito, vê uma “memória moderna” emergindo da Grande Guerra, que possibilitaria o entendimento da violência produzida, Samuel Hynes estudou os mitos criados por ela e como os soldados procuram dar sentido à sua experiência.



civil; um culto da nação e dos heróis que se sacrificaram em seu nome (MOSSE, 1990, p. 49-50). A guerra, de forma análoga a religião, sacralizaria a continuidade da nação e também o esforço de guerra, recorrendo a símbolos anteriores ao conflito.

Diversas soluções permitiram que os homens confrontassem e aceitassem esse evento sem precedentes, entretanto, nos interessa chamar a atenção para suas manifestações dentro do projeto republicano veiculado por *O Malho*. Como nos mostra Sílvia Correia, há um vínculo entre o *Mito* e a República, que se vale de diversos elementos para estabelecer consenso e união nacionais. Podemos citar o ideal de camaradagem, que integrava os soldados em uma comunidade e pôde ser expresso pela criação da categoria do “cidadão-soldado”, assim como o culto do soldado caído, traduzindo uma experiência de guerra homogênea entre os soldados. O republicanismo, assim, por meio da criação de heróis e exércitos nacionais, e promovendo a educação, reforçaria laços identitários à sua imagem (CORREIA, 2015, p. 226).

A experiência da Grande Guerra para as nações que foram diretamente palco do conflito teve um impacto diferente em relação aos países que foram meramente espectadores, fossem eles neutros ou não. A morte de milhões de soldados e civis, a luta nas trincheiras, a destruição das cidades e a fome são alguns dos aspectos que causaram esse distanciamento. Interessa-nos aqui avaliar se a guerra foi mobilizada no Brasil a favor da causa nacional. Em outras palavras, chamamos atenção para as representações da Grande Guerra na imprensa, sendo esta última um instrumento da cultura de guerra, e como essas representações possibilitaram a construção de uma narrativa a favor de um projeto nacional dentro de uma lógica de guerra total. Nossa tentativa em perceber o *Mito da Experiência de Guerra* no caso brasileiro se traduz em verificar como a guerra foi apropriada por *O Malho*, procurando identificar, por meio da veiculação de uma cultura de guerra no Brasil, se a experiência do conflito no país estabeleceu rupturas e/ou continuidades no projeto identitário nacional.

A partir das páginas de *O Malho* a Grande Guerra se fez presente no cotidiano dos leitores da revista desde o seu início. Durante os anos de neutralidade, o Brasil se afastou da Europa, criticou fortemente a guerra e procurou se voltar para o seu papel de líder pacifista do subcontinente sul-americano. Com o fim das relações diplomáticas com a Alemanha e a entrada no estado de guerra, parte da sociedade foi mobilizada para a causa. O fato de não ter participado militarmente do conflito não parece ter significado, aos olhos dos que estavam à frente do periódico, um impeditivo para participar do esforço de guerra. Pelo contrário, em um momento de efervescência de campanhas cívicas e educacionais no país e pelo discurso de liderança



brasileira, a guerra se tornou um momento de inflexão, um evento que poderia permitir o Brasil a ter destaque internacional ao lado de outras potências e se regenerar moralmente.

Lúcia Lippi Oliveira chama atenção para o momento de crise que a Grande Guerra representou para o modelo de cultura e civilização do Brasil. Diante do que seria a decadência europeia, as transformações nas áreas da educação e da saúde passaram a ser soluções para o futuro do país (OLIVEIRA, 1990, p. 191-192), formas de colocá-lo no caminho da modernidade (CARULA; CORRÊA; ENGEL, 2013, p. 272). O processo de reorganização nacional, dessa forma, estava diretamente relacionado com o avanço da medicina e o cuidado de doenças (MAIO; SANTOS, 2010, p. 100). Corroborando com esta perspectiva, Elias Saliba sustenta que, durante a *Belle Époque*, os humoristas permaneceram distantes dos circuitos institucionalizados da cultura e até mesmo das preocupações centrais da *intelligentsia* brasileira da época, preocupações essas que giravam em torno das campanhas de mobilização nacionalistas, educacionais, sanitárias e religiosas. Com a guerra o nacionalismo passou a estar na ordem do dia e o trabalho dos humoristas corria o risco de ser tomado como uma impertinência ou sendo de natureza diversionista (SALIBA, 2000, p. 150-151).

No entanto, analisando especificamente os artistas que circulavam nas revistas ilustradas, que contribuíam para a dimensão humorística desses periódicos tendo em vista que fazia parte de seu projeto editorial, podemos inferir que, ao contrário, os caricaturistas estavam em sintonia com as demandas da elite intelectual brasileira e se empenharam no esforço de guerra a favor da causa nacional. Assim, nos desviamos da análise de Saliba. Se durante o período de neutralidade do Brasil seus comentários — ainda que jocosos — apontavam para um julgamento negativo da guerra e o apoio de um posicionamento pacifista, com o fim das relações diplomáticas com a Alemanha Imperial e, mais tarde, com a entrada no estado de guerra, esses profissionais se alinharam, embora não de forma acrítica, ao esforço de guerra.

O fim da neutralidade brasileira se deveu a uma combinação de fatores e sua análise foge ao intuito desse trabalho¹⁰, entretanto por questões externas (como a pressão norte-americana) quanto internas (a crise da indústria cafeeira) o fato é que a ameaça aos interesses nacionais se traduziu em um intenso dever patriótico para a intelectualidade do período. O que estaria em jogo era a própria existência da nação. Diante da amplitude de manifestações do *Mito da Experiência de Guerra*, cabe esclarecer que desenvolveremos aqui alguns de seus aspectos possíveis dentro do caso brasileiro a partir das representações da Grande Guerra na revista *O Malbo*.

¹⁰ Cf. VINHOSA (1990) para mais detalhes de natureza diplomática e econômica sobre a entrada do Brasil na Grande Guerra.



Eixos do *Mito*: pela defesa da nação

Durante a Grande Guerra, uma das dimensões da guerra total foi a de que “países, fossem neutros ou não, ajudaram a manter a escala épica de violência por meio da produção industrializada de munições, alimentos e outros suprimentos, enquanto também buscavam manter o apoio da lei da guerra tanto quanto podiam” (BECKER, 2015, p. 1029). No Brasil, a dimensão do sacrifício por uma causa nobre foi mobilizada para incentivar o esforço de guerra. Até o torpedeamento de navios brasileiros em 1917 houve uma resistência em suspender a neutralidade. Para os artistas de *O Malho*, os ataques foram interpretados como uma afronta à soberania nacional. A única resposta possível seria, então, romper as relações com a Alemanha e se sacrificar pela nação, com honra e dever. Esse sentimento de pertencimento a uma comunidade nacional está em sintonia com as políticas europeias durante 1914, como nos mostra John Horne (HORNE, 1997, p. 02). Para além de preocupações relativas à integridade física e territorial, a legitimação da guerra perpassava por valores, formas de vida e instituições políticas.

Legitimidade política e sentimento de nacionalismo derivaram, em última análise, de atos de fundação e mitologias corporificadas do regime e da nação. Entretanto, ambos ganharam constante reforço de rituais, símbolos e gestos repetidos que se tornaram característicos de políticas nacionais nesse período (eleições, feriados nacionais, mobilizações de massa, monumentos). Além disso, enquanto valores eram legitimados e ideais da comunidade cultural eram promovidos através desse aparato estatal, incluindo sistemas educacionais nacionais, eles eram expressos de forma muito mais ampla por uma série de agências privadas e semi-privadas, tais como jornais, partidos políticos, grupos de pressão e igrejas. (HORNE, 1997, p. 02)

Mais do que os ataques diretos ao país, embora tenham ocorrido, a sobrevivência do Brasil não só a nível interno, como no plano internacional, foi um aspecto decisivo. Ainda que seja claro um apoio à entrada do conflito em prol da causa nacional, o conteúdo das charges na revista oscila entre otimismo e o pessimismo, com reconhecimento dos problemas internos do país, com tom jocoso, porém amargo. Em 1916, a edição da revista dedicada ao aniversário da Independência foi cética tendo em vista a dívida do país com credores estrangeiros, embora já anunciando a força do novo civismo. Na edição análoga de 1917¹¹, o pessimismo continua. Na capa com assinatura de Kalixto, Zé Povo canta com visível emoção o Hino da Independência, tendo a bandeira nacional ao fundo, contudo, seus pés são puxados pelos monstros da “crise”, “política”, “indolência” e “dívida”. Uma semana depois, a edição que circulou apresentou outro

¹¹*O Malho*, 08 de setembro de 1917, n. 782, p. 01.



tipo de mensagem. A um mês da entrada na guerra, a revista dedicou grande parte de suas páginas ao elogio dos militares brasileiros, em que tem como destaque quatro páginas para o “Renascimento do Brazil” (Imagem 02).

Imagem 2: O RENASCIMENTO DO BRAZIL: A alma nacional desperta, aquecida pelo fogo sagrado do patriotismo. A comemoração militar da nossa Independência foi uma reveção extraordinária. A defesa da Patria tem agora na mocidade brasileira um solido ponto de apoio, disciplinado, aguerrido, entusiastico. Com esse exemplo admiravel as novas gerações — os meninos e os moços — estão indicando ao Brasil o caminho do futuro — caminho de Ordem e Progresso, balisado pelo civismo efficiente dos jovens, por esse ardente civismo que assegura a patria o cumprimento d'esta promessa: “Para servir-vos, braço ás armas feito!” cidadãos da nação.

Fonte: *O Malho*, 15 de setembro de 1917, n. 783. (FBN)





No Brasil, a Grande Guerra foi catalisadora para a tentativa de solucionar a defasagem técnica e militar e das Forças Armadas (CARVALHO, 2005, p. 41). Expressão da necessidade de ordem e autoridade, a vocação que se atribuía a esse setor se manifestaria pela “virtude cardeal do mundo militar, o senso de hierarquia e de obediência torna[ndo]-se obrigatório das sociedades políticas mobilizadas a serviço da regeneração nacional”. (COMPAGNON, 2014, p. 271-272)

Para além dos militares, os civis tiveram destaque na mobilização nacional. Durante a guerra no Brasil foram criadas diversas associações civis, sendo a Liga de Defesa Nacional (LDN) um de seus maiores destaques¹². Criada em 1916, a Liga recebia apoio do Exército e recursos de propaganda por parte do governo, interpretando o patriotismo pela ótica do dever cívico, militarista e moralista. De acordo com Thomas Skidmore, “refletia fielmente o *status quo* na política e na economia — tentativa da elite para apropriar-se do ‘despertar’ nacionalista em seu próprio benefício”(SKIDMORE, 1976, p. 175). De fato, nesse contexto outras ligas e associações foram criadas com o intuito de mobilizar a nação, como foi o caso também da Liga Nacionalista em São Paulo, fundada um ano depois por estudantes da faculdade de Direito (LAMARÃO). José Murilo de Carvalho também aponta para o fato da criação das ligas ter sido a “expressão da concordância de interesses entre militares e grupos econômicos pelo menos parcialmente urbanos”(CARVALHO, 2005, p. 60) No caso da Liga de Defesa Nacional, ela divulgava seus princípios de educação cívica e a aproximação do Exército ao povo por meio de panfletos, livros e discursos, tendo tido como principal representante o poeta Olavo Bilac, que era filho de um militar.

A guerra aparece em um primeiro momento ter significado a oportunidade para que o Brasil se reorganizasse. Uma cruzada que teria expressão não só no serviço militar obrigatório e na valorização das tradições brasileiras, como também na reparação da administração pública. Percebemos, assim, que o entusiasmo pelo fim da neutralidade do Brasil repercutiu em diversas esferas da vida nacional. A tentativa de revitalizar o Exército, a promulgação da Lei do Sorteio Militar¹³ em 1916 e a criação da Liga de Defesa Nacional no mesmo ano são alguns dos pontos que reforçaram a ideia de que o país precisava expurgar seus males. Essa analogia,

¹² A relação entre a criação da LDN e a I Guerra Mundial é também indicada por Nicolau Sevcenko (2003, p. 84).

¹³ A lei só aplicada depois de longa campanha, depois de tentativas falhadas em 1874 e 1908. De acordo com José Murilo de Carvalho, ela foi liderada pelos chamados *Jovens Turcos* — uma referência irônica aos oficiais otomanos reformadores de Mustafá Kemal Atatürk — que estagiaram no Exército alemão entre 1906 e 1912 para o aperfeiçoamento da doutrina militar (2003, p. 21-22).



inclusive, foi usada diversas vezes por *O Malho* para indicar o incontornável saneamento moral e administrativo¹⁴.

Eixos do *Mito*: uma nação de heróis

Outro aspecto presente nas representações é a romantização do passado, mobilizado para exaltar a pátria e sua defesa, dando sentido para a luta e para a morte no campo de batalha. No caso brasileiro, *O Malho* buscou na Guerra do Paraguai uma fonte para a idealização de um líder patriótico, que reuniria características que a natureza da guerra moderna havia transformado. Storni foi autor da ilustração que, em 1918, homenageia a Batalha do Tuiuti, travada em 1866 e considerada a maior batalha campal já ocorrida na América do Sul (Imagem 03). Possivelmente pelo fato do Brasil fazer parte do grupo dos beligerantes, a revista acabou por absorver um posicionamento de um país que lutou no *front*. Assim, a Grande Guerra “amesquinharia” o valor do homem por conta de suas “invenções traiçoeiras”, isto é, seu aparato moderno de combate, em contraposição aos “belos tempos” em que prevalecia a coragem dos grandes homens e, no caso do conflito em questão, se destaca a figura do General Osório. Em outras palavras, a charge contrasta o novo modelo de guerrear que a Grande Guerra inaugurou com um passado glorioso, que tem na figura do herói nacional sua grande expressão. A opinião do artista sugere a concepção e a valorização de um passado brasileiro heroico, construído durante sua participação no conflito de 1914. Trata-se, dessa forma, de um novo tipo de guerra, passando a homenagear os homens comuns, cidadãos da nação.

Imagem 3: “24 DE MAIO” UMA PAGINA GLORIOSA DA HISTORIA DO BRAZIL: Rememoramos aqui a data historica de 24 de Maio de 1866, em que o valoroso ExercitoBrazileiro, conduzido pelo legendario Osorio, o grande gaúcho, cobriu-se de gloria em Tuyuty, luctando em campo raso, frente a frente, numa batalha formidavel, a maior da America do Sul, e obtendo a mais legitima victoria. Como eram bellos esses tempos cavalheirescos, em que a coragem individual entrava sempre como factor decisivo nesses combates leaes, em que o valor do homem não era amesquinhado pelas invenções traiçoeiras da guerra moderna!...

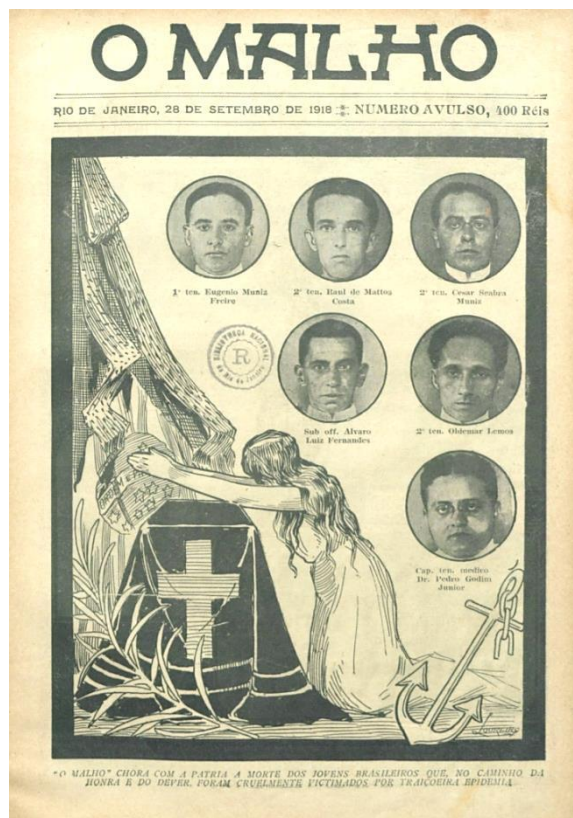
¹⁴*O Malho*, 29 de janeiro de 1916, n. 698, p. 11; 25 de fevereiro de 1918, n. 806, p. 23; e 30 de março de 1918, n. 811, p. 42.



Fonte: Storni. *O Malho*, 23 de maio de 1918, n. 819. (FBN)

A participação brasileira no conflito não se traduziu no envio de homens ao *front*, contudo, oficiais brasileiros vieram a falecer na Grande Guerra. Em julho de 1918, foi criada a Missão Médica Militar Brasileira (MMMB) a fim de dar apoio na área da saúde em Paris tendo em vista que, com o grande número de baixas, precisavam de médicos e enfermeiras no país. Já no mês seguinte, a missão composta por 131 homens embarcou no navio francês *La Plata*. Na altura de sua escala em Dacar, no Senegal, a epidemia de gripe espanhola já produzia vítimas fatais e acabou por dizimar parte da tripulação brasileira a bordo (DARÓZ, 2016, p. 120-123). A homenagem desses oficiais pela revista foi feita em uma página inteira, destacando fotografias de seis deles, mesclando suas fotos com uma ilustração de Loureiro (Imagem 04). Podemos observar que a Pátria, mulher de vestes e cabelos longos, chora, fazendo o sinal de prece, sobre um caixão coberto por um manto com uma cruz. Em segundo plano, há a bandeira do Brasil e no canto direito uma enorme âncora com a corrente quebrada, simbolizando a morte dos marinheiros. A morte acabou, então, sendo revestida pelo peso do sacrifício, feito “no caminho da honra e do dever”, e como parte de um significado nobre, cujo sentido é o da causa nacional no conflito europeu.

Imagem 04 : “O MALHO” CHORA COM A PATRIA E AMORTE DOS JOVENS BRASILEIROS QUE, NO CAMINHO DA HONRA E DO DEVER, FORAM CRUELMENTE VICTIMADOS POR TRAIÇOEIRA EPIDEMIA.”



Fonte: Loureiro. *O Malho*, 28 de setembro de 1918, n. 837 (FBN).

Dentro da liturgia nacional, a morte do “cidadão-soldado” pôde ser apropriada juntamente com elementos cristãos, marcando a experiência desses homens no conflito de forma gloriosa, tornando-os heróis. No âmbito da guerra total e da República emergiu uma nova forma de identidade nacional. Interessava agora homenagear os civis, sendo a morte uma forma de conciliação nacional. O *Mito da Experiência de Guerra* traz, assim, a possibilidade de sacralização da morte, integrando os heróis à pátria, a favor da regeneração da nação.

Eixos do *Mito*: desumanização do inimigo

O ponto alto do *Mito da Experiência de Guerra* foi a desumanização do inimigo. Foi ela que permitiu em grande medida justificar a ida para o combate e, em última análise, a morte dos soldados. George L. Mosse atenta que, a partir do processo de brutalização, um dos meios mais efetivos de consegui-lo foi o uso de estereótipos, seja por palavras, seja por imagens. Seu impacto durante a Grande Guerra foi grande tendo em vista que desde o século XIX as massas letradas estavam muito mais integradas à sociedade e à política por conta de materiais visuais, tais como cartões-postais, jornais ilustrados e fotografias.

Uma das técnicas de propaganda frequentemente utilizada é precisamente a do estereótipo. Segundo Scot Macdonald em *Propaganda and Information: Warfare in the Twenty-Temporalidades – Revista de História*, ISSN 1984-6150, Edição 27, V. 10, N. 1 (mai/ago. 2018)



FirstCentury, ele é interpretado como uma impressão sumária de determinado grupo, que compartilharia traços em comum, sejam eles positivos ou negativos. Parte desse processo está a desumanização e a demonização do inimigo, algo recorrente em tempos de guerra. Assim, “nomes depreciativos ou imagens também podem ser usados para desumanizar um grupo de pessoas, fazendo assim que seja mais fácil persegui-los” (MACDONALD, 2007, p. 43).

Em seu estudo sobre a disseminação de imagens dessa natureza na mídia, Paul Martin Lester e Susan Dente Ross atentam que “estereótipos midiáticos reforçam e ampliam nossos estereótipos pessoais. Como consequência, estereótipos midiáticos têm um papel significativo na desintegração social que produz ódio, violência, e desentendimento”¹⁵ (LESTER; ROSS, 2003, p. 03). De acordo com os autores, mensagens visuais são especialmente poderosas, pois são altamente emocionais já que são produto de nossa visão, não cognição, tendo longa permanência nas regiões mais profundas de nosso cérebro (LESTER; ROSS, 2003, p. 03). Em tempos de guerra, as metáforas visuais se tornam cruciais.

O *Malho* não apresentava de forma consistente um editorial, como é mais frequente nos jornais, o que não nos impede de perceber um engajamento de seus artistas durante todo o período da Grande Guerra. A construção de uma imagem vinculada aos alemães na revista, em última análise, levou a cristalização de determinado estereótipo fortemente negativo, passando a serem representados como o verdadeiro inimigo a partir do fim da neutralidade. Em nosso levantamento, pudemos observar um grande número de representações de cunho negativo. Entre elas, se destacam as que associam os alemães ao demônio, bárbaros e bestas, daí a representação como hunos ou como macacos. Nos anos precedentes, de forma geral, a revista representou o país com critérios parecidos aos dos Aliados. Como eles, a “civilizada” Alemanha tinha optado por entrar em um conflito sangrento e sem sentido. As representações, assim, não pareciam ter o intuito de demonizar o país. A decisão pela “guerra” por parte dos beligerantes de ambos os lados era o enfoque das críticas.

Com as mudanças diplomáticas ocorridas em 1917, a culpabilização dos crimes de guerra passou a recair exclusivamente sobre os alemães. Uma das charges mais significativas nesse sentido circulou na edição de 14 de abril de 1917 (Imagem 05). O Kaiser, retratado como um Cavaleiro da Cruz de Ferro¹⁶, é identificado como uma fera de aparência humana, reiterando a ideia recorrente em outras charges de sua ligação com a barbárie. Sobre um mar de sangue,

¹⁵Tradução nossa. ([...] media stereotypesreinforceandmagnifyourpersonalstereotypes. As a consequence, media stereotypes play a significant role in the social disintegrationthatproduceshatred, violence, andmisunderstanding.)

¹⁶ Condecoração que tem origem no Reino da Prússia e, posteriormente, foi adotada pelo Império Alemão.



ilumina-o os seus crimes contra o Direito e a Humanidade: violação das leis; aproveitamento dos cadáveres¹⁷; torpedeamentos; crimes; ataques; incêndios; violação de mulheres, e o desrespeito aos neutros. O núcleo dessas ações bestiais, como o texto procura inferir, está na *kultur*.

Imagem 05: ÀS ARMAS, TODOS! A AMERICA: — Às armas, cidadãos! Brancos! Pretos e mestiços, “gente índia sob leve verniz”, sois todos filhos de um continente livre, que não admite imposições a tação de bola! Às armas! Mostrae que tendes a alma mais branca e mais do que a daquele fulvio tigre com fôrma humana! Às armas! De sentinela ao território sagrado contra a férasanguisedenta aureolada pela sinistra luz de seus crimes contra o Direito e contra a Humanidade!...



Fonte: Storni. *O Malho*, 14 de abril de 1917, n. 761. (FBN).

A América aqui se aproxima das representações femininas frequentes da revista como a Civilização (*O Malho*, 09 de junho de 1917, n. 769, p. 41), a Neutralidade (*O Malho*, 02 de junho de 1917, n. 768, p. 5) e a Glória (*O Malho*, 28 de abril de 1917, n. 638, p. 5). O continente ordena que brancos, negros e mestiços peguem em armas para defender o país(es) da ameaça alemã. Não só isso, essa atitude mostra a “alma mais branca” se comparada ao “tigre com forma humana”, sugerindo o mito das três raças. Em outras palavras, o pedido para o alistamento contra o inimigo revela a concepção racista em voga desde o fim do século XIX no meio intelectual, a saber, a de que o Brasil teria três componentes em sua formação que caracterizariam sua singularidade: o negro, o branco e o índio. Entretanto, dentro da perspectiva evolucionista (SCHNEIDER, 2005, p. 191), a solução para a mestiçagem seria branqueamento da população, o que aproximaria o país

¹⁷ Outras três charges, que circularam nas edições de n. 763 (28 de abril de 1917, p. 11 e 19) e n. 774 (14 de julho de 1917, p. 01), acusam os alemães de alimentarem a indústria e porcos com cadáveres.



das nações ocidentais. Atenta-se que apesar desta construção identitária, existe também referência à necessidade de aproximação ao elemento branco¹⁸.

Na Europa, mitos sobre a desumanidade de alemães eram recorrentes na imprensa e no imaginário popular. John Horne aponta que a crítica dirigida à conduta dos alemães feita pelos Aliados foi atribuída tradicionalmente à “propaganda” manipulativa, entretanto relatórios publicados por governos da Bélgica, França e Grã-Bretanha indicam uma maior complexidade desse fenômeno. Os interrogatórios de soldados, refugiados civis e prisioneiros alemães convergem sobre os atos cruéis, porém as motivações apontadas se concentravam em versões estereotipadas do inimigo (HORNE, 2014, p. 570).¹⁹

No caso brasileiro, apesar de poucos estudos sobre o assunto, é possível dizer que a campanha da imprensa contra a Alemanha teve algum impacto em seus leitores. Em seu estudo sobre os alemães no Brasil durante a Grande Guerra, Frederick Luebke fez um levantamento sobre a imprensa da comunidade no período e afirma que

(...) um número desconhecido de pessoas no Brasil assim como em outros lugares aceitavam essas informações como verdade, e inevitavelmente suas atitudes em relação a tudo o que fosse alemão foi modificada de acordo. Algumas das histórias futuramente foram comprovadas como falsas; outras eram distorcidas e exageradas” (LUEBKE, 1987, p. 89).

Parte do processo de brutalização e desumanização do inimigo estrangeiro, a estereotipação acabava por identificar ameaças contra a estabilidade dentro das fronteiras nacionais (MOSSE, 1990, p. 174-175). Esse fenômeno se projetou no contexto brasileiro durante a Grande Guerra a partir de outra característica designada aos chamados *boches*: sua capacidade de se infiltrar no país. Assim, um dos traços do inimigo seria o seu poder de camuflagem dentro da vida nacional, como por exemplo na seção “Marretadas” de novembro de 1917, que teve como tema a “ciência da mentira”²⁰. O texto de Loureiro não é preciso ao explicar a real ameaça alemã no Brasil. A “raça” teria o privilégio condenável de se mascarar sob forma de outras

¹⁸ Podemos citar dois momentos em que a revista vincula os negros à condição bárbara, seja comparando-os de forma positiva a todos os europeus que optam pela guerra (*O Malho*, 26 de setembro de 1914, n. 628, p. 28), seja contrastando-os especificamente com os alemães (*O Malho*, 14 de julho de 1917, 774, p. 19).

¹⁹ É importante ressaltar que a relação entre civilizados versus bárbaros não se limitava à disputa particular entre os Aliados e a Alemanha. A Áustria-Hungria se considerava o pilar da civilização na Sérvia e sua presença na região acabou por se traduzir em ataques desproporcionais a população local, o que por sua vez gerou acusações da Sérvia sobre o tratamento brutal contra civis. Esses atos, para além de sua origem em conflitos étnico-raciais, se deveram em parte devido à disseminação de propaganda de atrocidades, tendo em vista que a justificativa austro-húngara foi motivada pela crença em crueldades perpetradas por sérvios, como mutilação e envenenamento, durante a Grande Guerra (HORNE, 2014, p. 571-572).

²⁰ Outra charge que merece destaque é a de nº 776 (28 de julho de 1917, p. 19), que sugere a presença de alemães no comando do Centro de Cereais. Supostamente, o lugar estaria abastecido de alimentos, mas não repassava ao Conselho Municipal, desejando possivelmente, segundo Loureiro, instaurar a fome e a “anarquia” no país.



nacionalidades, como a turca ou a chinesa, mas o que seria essa “semente infernal” e quais seriam as consequências tangíveis não fica claro. Como é frequente nas representações da Alemanha Imperial a partir desse período, há a vinculação de características negativas tais como a covardia, a associação a animais selvagens, denotando seu caráter incivilizado, e uma impiedosa sede de matar.

Não ha mais *boches!* Mudaram de nacionalidade como quem muda de camisa. Nem é surpresa! É a *virtude* da mentira posta em pratica com a desfaçatez privilegiada da raça.

Não estranhemos, pois, que elles se tinjam da côr que quizerem para embrulhar a gente, na supposição de que o Brazil houvesse de ser eternamente o paiz de beocios que elles julgavam. É a covardia declarada. Na Europa, o allemão fez-se minhoca nas trincheiras, depois de ter construido, em segredo, no silencio covarde da fera que espreita a victima, as mais formidaveis machinas de exterminio. *Deustschland uber alles!* — manhosamente cantado ao mundo embasbacado dos europeus da civilisação germanica.

O mundo sobre elles! — isso é o que tem que ser.

E aqui, o que tem de ser, de facto, é a guerra á força diabolica da perversão que os *boches*, mascarados de turcos ou chinezes, podem exercer onde seja mais propicio o campo para a semente infernal. Cuidado! O inimigo vive na sombra como os saltadores de estrada e, para combatel-o [sic], é o que o paiz se ergue fortalecido dos ideaes que hão de levar a Humanidade ao triumpho completo sobre seus algozes (*O Malho*, 17 de novembro de 1917, n. 792, p. 19).

Como já retratado outras vezes na revista, o discurso veiculado se refere à necessidade do Brasil se erguer fortalecido com a guerra para combater o inimigo e fazer com que a “Humanidade” triunfe. A afirmação que Brasil não seria mais um país de “beócios”, ou seja, de grosseiros e indiferentes à cultura, também permite deduzir que o país avançou na escalada civilizacional. O trecho sugere ainda a construção de um inimigo para além dos alemães, associando-os a outras minorias étnicas no país e mais afastadas do espectro civilizacional. Podemos estabelecer aqui uma relação com a teoria do bode expiatório.

Ao permitir a associação entre diferentes grupos minoritários no país aos alemães, se abria uma possibilidade de delegar a culpa por problemas internos do Brasil e que, em última análise, justificaria algum tipo de intervenção. Em outras palavras, a construção é dupla. *O Malho*, de forma recorrente, procurou vincular a imagem dos boches à desumanização, ao mesmo tempo em que ampliava a categoria de inimigo ao incorporar outros grupos “não ocidentais” que residiam no país. De fato, a suspeita da existência de inimigos internos foi retratada outras vezes na revista, sobretudo por conta do estado de sítio instaurado em novembro de 1917. A espionagem passou, então, a ser levada em consideração pelos caricaturistas.



O “perigo alemão” se entrelaçava, durante o período da Grande Guerra, com os temores do secessionismo dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que foram polos de imigração germânica desde a primeira metade do século XIX. De acordo com Olivier Compagnon, tendo em vista a assimilação mais baixa de alemães no país se comparada a dos italianos e dos espanhóis, com a deflagração do conflito a neutralidade brasileira também deve ser entendida pelo viés identitário, como tendo sido uma forma de evitar conflitos nas comunidades (COMPAGNON, 2014, p. 58-60). Existia um receio pela perda do controle da região, sobretudo contra pangermanistas (DARÓZ, 2016, p. 110). De fato, a imprensa dessa comunidade, tais como os jornais *Deutsch Post* de São Leopoldo e o *Kompass* de Curitiba, mobilizou-se durante o conflito a favor dos Impérios Centrais (LUEBKE, 1987, p. 116).

Apesar de certo número de brasileiros de origem germânica ter obtido a dupla cidadania a partir do início da guerra, poucos foram os que de fato se alistaram e foram lutar na Europa (LUEBKE, 1987, p. 86). É importante ressaltar que a questão do inimigo interno não se limitou ao Brasil. John Horne salienta que “a lógica da identidade nacional que predominava sobre a mobilização política e cultural da guerra, e que resultou na detenção de ‘inimigos externos’, também arriscou expor minorias a tratamentos severos” (HORNE, 2014, p. 576). Dentro do *Mito da Experiência de Guerra*, o inimigo representava o oposto dos valores compreendidos pelo projeto nacional e sua estereotipação evidenciava ainda mais aqueles que diferiam dela (MOSSE, 1990, p. 174). A Grande Guerra proporcionou, assim, uma oportunidade para que se consolidassem as diretrizes para uma identidade brasileira.

Conclusão: A experiência brasileira e os limites do *Mito*

O discurso que *O Malho* veiculou não foi uniforme. A república brasileira desde o início era tida como frágil e a Grande Guerra aparece como um fomentador do patriotismo, da educação cívica e do dever. Um momento de inflexão que projetou a aspiração dos que estavam à frente da revista para uma mudança positiva no país. Devemos lembrar que, embora entre 1914 e 1916 tenha havido forte críticas à Europa em guerra, após esses anos não houve um desprezo pelo continente. O momento do fim da neutralidade foi marcado por efusão e otimismo, seja pelo “renascimento” do Brasil do ponto de vista cívico, seja pelas relações que o país passou a estabelecer com os Aliados, possivelmente como uma alternativa ao projeto de modernidade que vinha em curso e já mostrava sinais de falência, como nos mostraram Pedro Krause e Andrea Maia. Desse modo, considerando *O Malho* como uma área de intervenção nos debates públicos,

Independentemente de estarem mais próximos ou mais distantes do poder, dialogando com ele ou não, há de se pensar que o uso das charges como uma



evidência da história deve levar em conta essas múltiplas visões sobre o político. (MAIA; RIBERIO, 2016)

Entre os anos de 1914 e 1918, a chamada “desilusão republicana” transpareceu nas páginas de *O Malho*. Os artistas não pareceram distanciar-se de temas como a política e o poder, mas seus comentários majoritariamente tinham um cunho pessimista. Assim, a “desilusão” a que chamamos atenção aqui se traduziu em uma descrença por parte dos caricaturistas pela classe governante. Má administração, impostos excessivos e corrupção foram temas recorrentes e que expressavam o descontentamento desse grupo com a situação do país. A “politicagem”, dessa forma, minaria para esse grupo as mudanças positivas que o Brasil precisava levar a cabo. Essas, a princípio, só seriam conquistadas pela nova geração, das crianças educadas pelo ideal republicano, como nos informa o texto veiculado por uma charge, assinada por Loureiro. Em outras palavras, trata-se de que, no recorte da Grande Guerra, essas imagens representavam a importância do projeto republicano.

Que a mulher brasileira, no lar ou na escola, seja a figura da propriapatria, seja a sua propria voz no preparo civico dos pequeninos brasileiros! É preciso, como quer o Sr. Prefeito, lançar nesses espiritos em embryão a semente productora de uma outra geração que melhor comprehenda o que é patriotismo, caracter, brio e honestidade. Ensinemos os pequeninos porque os grandes, os barbados já estão por demais endurecidos de consciencia para comprehender os ideaes humanos. É malhar em ferro frio! Essa gente ha de levar o vicio para a cova e o unico remédio é ensinar o patriotismo a muque. Como a situação preta em que se encontra o paiz não basta para despertar os patifes da terra alguma cousa de mais elevada que não seja o interesse pessoal, aproveite-se o estado de guerra para chal-os á ordem pelos processos *praticos e materiaes* mais conhecidos. Tem a palavra o Governo! (*O Malho*, 03 de novembro de 1917, n. 790, p. 19).

É possível estabelecer paralelos com a Europa e algumas das manifestações do *Mito da Experiência de Guerra*. Uma vez que o Brasil deixou de lado a neutralidade, uma guinada no discurso foi feita pela revista. Assim, o dever e a honra foram noções centrais para a mobilização da opinião pública a favor do novo posicionamento internacional brasileiro. Não devemos perder de vista que existiam outras motivações para a entrada do Brasil na guerra, porém a narrativa de mobilização se fez em torno de um capital simbólico. Percebemos que a guerra em diversos momentos representou a valorização da pátria e um estímulo para mudanças futuras. Diante das recorrentes críticas à administração pública e à corrupção moral dos governantes, a Grande Guerra parece ter sido vista como um possível catalisador para um “novo Brasil”, mas que, na prática, significou apenas um hiato para o otimismo. Utilizando-se do humor, as charges que tinham como tema a Grande Guerra expressavam a opinião dos intelectuais-humoristas também sobre o que eles entendiam como o país em que viviam e suas aspirações, sendo assim um instrumento de ação política.



Sob a perspectiva do *Mito*, a brutalização do inimigo foi a estratégia empregada pela revista que se destaca. Dentro de uma consistente propaganda, os alemães foram representados como bestas, incapazes de cumprir as normas sociais e destruidores do “patrimônio da Humanidade”. Estavam, assim, no lado oposto da Civilização que o Brasil julgava fazer parte juntamente com os Aliados. Daí também decorreu um fomento da ameaça interna, representada sobretudo pelo chamado “perigo alemão”, mas que se expressou também em possível espionagem e na identificação de outros elementos subversivos dentro da sociedade brasileira. Além disso, a questão racial estava na ordem do dia para a construção de uma identidade nacional. Pensar a Grande Guerra nesses termos significa dizer que, dentro de uma lógica de guerra total, o Brasil apresentou uma cultura de guerra, consagrando nacionalmente um modelo internacional de identidade nacional levado ao ápice no contexto da guerra. A partir da constatação da expressão de certos aspectos do *Mito*, essa cultura de guerra, em parte, dialogou com expressões para além de suas fronteiras nacionais, mas que reuniu especificidades.

Se na Europa o *Mito* serviu principalmente para dar sentido à experiência extremamente violenta do conflito, no Brasil parece que ele teve manifestações devido a um projeto político por parte desse grupo de intelectuais. Ele teria servido, assim, como uma forma de veicular o mito republicano, permitindo que, pelo menos durante os anos da Grande Guerra, houvesse a possibilidade de implementar a República de seus sonhos. Para George L. Mosse, o *Mito da Experiência*, tal como se manifestou na Alemanha, serviu à ressignificação e suplantação da experiência do conflito (MOSSE, 1990, p. 07). A análise do caso brasileiro e das representações da Grande Guerra em *O Malho* aparece destacada em sua dimensão dentro da lógica da guerra total. No Brasil, a liturgia informou o *Mito*, tal como em outros países, não na morte, mas no reforço de um projeto nacional: externo, com o lugar que o Brasil deveria ocupar no rol de nações, e interno, ao difundir um projeto republicano.

Referências:

Periódico:

O Malho (1902-1918) – Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Bibliografia:

AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane; BECKER, Annette. Violência e consentimento: a “cultura de guerra” do primeiro conflito mundial. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Por uma nova história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 237-256.

BECKER, Annette. The Great War: World war, total war. **International Review of the Red Cross**, v. 97, n. 900, p. 1029–1045, 2015.



BEURIER, Joëlle. Deathand Material Culture. The Case of Pictures duringtheFirst World War. In: SAUNDERS, Nicholas J. **MattersofConflict**. Material Culture, MemoryandtheFirst World War. London: Routledge,2004, p. 109–22.

CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005, p. 41.

CARULA, Karoline; CORRÊA, Maria Letícia; ENGEL, Magali. **Os intelectuais e a nação: educação, saúde e a construção de um Brasil moderno**. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2013.

COMPAGNON, Olivier. **Adeus à Europa**. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

CORREIA, Sílvia Adriana Barbosa. **Entre heróis e mortos: políticas da memória da I GuerraMundial em Portugal (1918-1933)**. Rio de Janeiro, 7Letras, 2015.

CULL, Nicholas J.; CULBERT, David Culbert; WELCH, David. **Propaganda and Mass Persuasion. HistoricalEncyclopedia, 1500 tothePresent**. Santa Barbara: ABC Clío, 2003.

DARÓZ, Carlos. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial**. São Paulo, Contexto, 2016.

DUARTE, António Paulo. A Visão da “Guerra Total” no Pensamento Militar. **Revista Nação e Defesa**, n. 112, p. 33-50, 2005.

FUSSELL,Paul. **The Great War andmodernmemory**. New York, Oxford: University Press, 1975.

GOMES, Angela de Castro. **Essa Gente do Rio...:modernismo e nacionalismo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GENÉ, Marcela. Construindo o “Inimigo da Nação”: caricaturas de judeus na imprensa de Buenos Aires. In: LUSTOSA, Isabel (org). **Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2011.

HYNES, Samuel. **A warimagined**. The First World War andEnglishculture.London:Pimlico, 1992.

HORNE, John. **State, societyandmobilization: in EuropeduringtheFirst World War**. New York: Cambridge University Press, 1997.

_____. Atrocitiesandwar crimes. In: Winter, Jay (ed.): **The Cambridge HistoryoftheFirst World War**. Volume I, Global War. Cambridge:Cambridge University Press, 2014. p. 561-584.

KINGSBURY, CELIA. **For Home and Country. World War I Propaganda and the Home Front**. Lincoln: Universityof Nebraska Press, 2010.

LAMARÃO, Sérgio. Liga de Defesa Nacional (LDN). **CPDOC**. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20DA%20DEFESA%20NACIONAL%20\(LDN\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20DA%20DEFESA%20NACIONAL%20(LDN).pdf)> Acesso em: 05 ago. 2017.

LESTER, Paul Martin; ROSS, Susan Dente. **Imagethatinjure: Pictorialstereotypes in the media**. Westport,Praeger, 2003.

LUEBKE, Frederick C. **Germans in Brazil:A ComparativeHistoryof Cultural ConflictDuring World War I**. Baton Rouge and London: Louisiana StateUniversity Press, 1987.

LINS, Vera; OLIVEIRA, Claudia de; VELLOSO, Monica Pimenta. **O Moderno em Revistas:representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.



MACDONALD, Scot. **Propaganda and Information Warfare in the Twenty-First Century**. Oxford: Routledge, 2007.

MAIA, Andrea Casa Nova; RIBEIRO, Pedro Ribeiro Krause. Imagem e Política na Primeira República. In: ALENCAR, José Almino; VISCARDI, Cláudia. (Org.). **A República Revisitada: Construção e Consolidação do Projeto Republicano Brasileiro**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2016, v. 68, p. 287-336. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?isbn=853970823X>> Acesso em: 04 jan. 2018.

MAIO, Marco Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz/Faperj, 2010.

MOSSE, George L. **Fallen Soldiers: Reshaping the Memory of the World Wars**. New York, Oxford University Press, 1990.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do Riso**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Sílvio Romero, hermenêutica do Brasil**. São Paulo, Annablume, 2005.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

TRAVERSO, Enzo. **A sangre y fuego: de la guerra civil europea, 1914-1945**. Buenos Aires, Prometeolibros, 2009.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: a diplomacia brasileira e as grandes potências**. Rio de Janeiro, IHGB, 1990.